



O *ONLIFE*, A HERMENÊUTICA ALGORITMICA DE SI E OS USUÁRIOS OSTENSIVOS DA PREP NO GAY TWITTER DO BRASIL

THE *ONLIFE*, THE ALGORITHMIC HERMENEUTICS OF SELF AND OSTENSIBLE USERS OF PREP ON BRAZILIAN GAY TWITTER

EL *ONLIFE*, LA HERMENÉUTICA ALGORÍTMICA DE SI MISMO Y LOS USUARIOS OSTENSIVOS DE LA PREP EN EL TWITTER GAY DE BRASIL

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Atilio Butturi Junior

Universidade Federal de Santa Catarina

Artigo recebido em: 18/08/2025

Aprovado em: 01/10/2025

Resumo: Este texto parte de uma análise neomaterialista para problematizar as estratégias material-discursivas de invenção de modalidades de subjetivação/perfilização para homens gay cis no chamado *Gay Twitter* do Brasil. O objetivo é analisar as estratégias material-discursivas de hierarquização e de produção de anormalização de usuários de PrEP que, ostensivamente, postam os remédios na rede X do Brasil, num recorte não exaustivo entre 2023 e 2025. Inicialmente, recorre-se à discussão sobre governamentalidade algorítmica, efeito-bolha e servidão maquínica para, então, inquirir acerca do funcionamento político das postagens na intra-ação entre humanos e não-humanos. As conclusões apontam tanto para uma economia moral quanto para um recrudescimento moral que se produz no *onlife*, na associação entre humanos e não-humanos. Além disso, sugerem o funcionamento de uma hermenêutica de si, devidamente marcada pela presença de algoritmos.

Palavras-chave: PrEP. *Gay Twitter* do Brasil. Hermenêutica algorítmica de si.

Abstract: This text draws on a neo-materialist analysis to problematize the material-discursive strategies of inventing modes of subjectivation/profiling for cis gay men on Brazil's so-called *Gay Twitter*. The objective is to analyze the material-discursive strategies of hierarchization and production of abnormality of PrEP users who ostensibly post their medications on Brazil's X network, in a non-exhaustive sample between 2023 and 2025. Initially, we resort to the discussion on algorithmic governmentality, bubble effect, and machine servitude to then inquire about the political functioning of posts in the intra-action between humans and non-humans. The conclusions point to both a moral economy and a moral resurgence that occurs in *onlife*, in the association between humans and non-humans. In addition, they suggest the functioning of a hermeneutics of the self, duly marked by the presence of algorithms.

Keywords: PrEP. Brazilian *Gay Twitter*. Algorithmic hermeneutics of self.

Resumen: Este texto parte de un análisis neomaterialista para problematizar las estrategias material-discursivas de invención de modalidades de subjetivación/perfilización para hombres gays cis en el llamado *Gay Twitter* de Brasil. El objetivo es analizar las estrategias material-discursivas de jerarquización y producción de anormalización de los usuarios de PrEP que, ostensiblemente, publican los medicamentos en la red X de Brasil, en un corte no exhaustivo entre 2023 y 2025. Inicialmente, se recurre a la discusión sobre la gubernamentalidad algorítmica, el efecto burbuja y la servidumbre mecánica para, a continuación, indagar sobre el funcionamiento político de las publicaciones en la intraacción entre humanos y no humanos. Las conclusiones apuntan tanto a una economía moral como a un recrudescimiento moral que se produce en la vida en línea, en la asociación entre humanos y no humanos. Además, sugieren el funcionamiento de una hermenéutica de sí mismo, debidamente marcada por la presencia de algoritmos.

Palabras clave: PrEP. *Twitter Gay* de Brasil. Hermenéutica algorítmica de si mismo.



INTRODUÇÃO

Há uma postagem que circula nas redes sociais há ao menos cinco anos e que está no limite entre o risível e o político: “Onde tem gay, não tem paz”. Jocosos, ela traz à tona tanto uma modalidade específica de ser gênero-dissidente, os homens gays cis e, ao mesmo tempo, anota o acontecimento de uma retomada do recrudescimento moral que se volta para certos corpos. A paz, nesse caso, é sempre interrompida pela presença dessa corporalidade problemática, “a gay”, seja com seu desejo sexual e suas práticas, seja por posicionamentos políticos, geralmente na modalidade do fandom. No post do então Twitter abaixo, de 19 de abril de 2020, algumas características merecem atenção: trata-se de página dedicada ao mundo das celebridades e dos fandoms; seu público é, na maioria, de jovens e de jovens gênero-dissidentes; o riso conta com a participação de uma imagem duplamente importante no que chamarei de *Gay Twitter* brasileiro: os *Teletubbies* e a cantora Gretchen.

Imagem 1: Gretchen e o meme sobre os gays



Fonte: @acervo, 2020.

Parto deste efeito de cômico na rede social e de minhas pesquisas sobre o hiv e a produção de uma análise neomaterialista (Butturi Junior; Camozzato, 2023) de acontecimentos material-discursivos. Meu ponto de partida é um acontecimento, portanto: a invenção de um problema moral para homens gays cis usuários da PrEP no chamado “Gay Twitter”, ou, mais detidamente, de um “efeito-bolha” (Gautério, 2025) gay cis no X. Quero, antes de me voltar a esse acontecimento, partir de dois recortes, fundamentais para meu ponto de inflexão, qual seja o de um *onlife* (Floridi, 2019, 2015) e a consequente hermenêutica algorítmica de si – minha hipótese de trabalho a partir de Michel Foucault – que ele dá a ver.



O primeiro deles, do que aqui vou chamar, com Foucault, de uma *tecnologia do eu*. Esse problema aparece em muitos textos foucaultianos, de forma mais ou menos precisa. Lemos, em *Vigiar e Punir*, Foucault (2013 [1975]) solicitando uma *semiotécnica*, isso que é absolutamente uma linguagem e uma tecnologias, num só tempo, mas tem como condição de existência a produção de certos corpos e certos sujeitos. Essa *semiotécnica* de regulação, porém, aparece nas relações entre a confissão e a obediência da vida monástica, que é o recorte, afinal, dos textos voltados para as técnicas de si e a governamentalidade. Assim, na aula de 6 de maio de 1981 de *Malfazer, dizer a verdade*, ao falar de São Crisóstomo, Foucault (2018) mostra que uma exigência de obediência é produzida e se produz a partir de uma nova tecnologia. “Precisas ter um livro de consciência” “Portanto, é preciso escrever. É preciso escrever tudo o que se faz, é preciso escrever todos os movimentos da alma. E é preciso escrevê-lo por quê? Porque, a partir do momento em que algo está escrito, gravado em letras, é como se fosse mostrado aos outros” (Foucault, 2018, p.124)

Vou do livro foucaultiano como escrita de uma vida para o “livro de rostos” como escrita-invenção de uma vida: Facebook. Eis que gostaria de pensar no problema do *onlife*, que aprendi da pesquisa que coorientei, de Sofia Pabón (2024) – a quem eu devo a indicação e a leitura. Ela toma o conceito de Luciano Floridi, que, em 2015, junto de seus colegas de Oxford, publicou o *Onlife Manifesto*, pensando nos impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação. Entre os questionamentos a partir de Hayles e das humanidades e pós-humanidades digitais e os efeitos da problematização do exclusivismo humano, a pergunta lançada por Floridi (2015) foi a seguinte: “what does it mean to be human in a hyperconnected era?”. Para ele, enquanto separamos, portanto, bits legíveis por máquinas de cálculo e vida plural humana, estamos ainda revivendo as dicotomias entre humanos e não-humanos, que não têm funcionado para explicar fenômenos com que nos deparamos diariamente.

Não ingenuamente, Floridi propõe uma ecologia características de rizomas entre humanos e não-humanos, como aquela defendida em Deleuze e Guattari (1995), fulcrais para o que aqui tentarei pensar como problema. Tendo isso em vista, quero pensar, como afirmei no início do texto, a partir de um acontecimento, de um evento específico, como temos proposto na nossa análise neomaterialista: a irrupção de um problema moral de uso da PrEP no X como um problema do *onlife* que diz respeito ao funcionamento confessional na modalidade algoritmica. Meu recorte, nesse caso, dá conta de um outro evento, ainda em curso e em construção, o chamado “Gay twitter”, como produção perfilizada sobre certos modos *onlife* de “ser gay”: higienizado e hierarquizado segundo séries de normalização que passam por várias formas de colonialidade digital-corpórea. Do que quero falar: *das gays onlife*, dos seus tecnobiodiscursos dos efeitos nem sempre jocosos produzidos a partir do que aparece, de uns dois anos para cá, como uma espécie de um problema digital-sanitário: aos homens gays usuário ostensivos da PrEP: promíscuas, racializadas e, quase como num efeito metonímico da tecnobiopolítica (Butturi Junior, 2024a), fadadas à exceção. Quando penso em ostensivo, é preciso esclarecer, quero me reportar aos modos como, por imagem e texto, eles “mostram” seu “abastecimento” com o fármaco, como mostrarei na seção 4.

Para fazer isso, didaticamente, vou dividir o texto em três partes. Na primeira, recorro à discussão neomaterialista e pós-humanista para depois inquirir sobre o *onlife* e seus efeitos; ainda percorro o problema das formas de dominação de Lazzarato (2014). Na segunda, vou pensar a produção do *Gay Twitter*, segundo a ordem de uma territorialização *onlife* – como num efeito-bolha, que tomo de Gautério (2025) – e de uma produção de perfilização pautada na exploração do



trabalho e nos processos de labelling de extração e de efeitos de colonização. Finalmente, a terceira parte se dedica a pensar no funcionamento e nos efeitos para as formas de vida gênero-dissidentes, que, como hipótese, são inventadas numa *hermenêutica de si algorítmica* que se volta para as formas de vida, dessa vez *onlife*, de certos tecnocorpos vulneráveis.

ONLIFE, SERVIDÃO MAQUÍNICA E BOLHAS

Nesta seção, inicialmente, gostaria de me ater ao problema da governamentalidade, do governo dos outros, do governo das coisas e do governo de si mesmo tendo em vista a vida digital numa leitura neomaterialista. Este primeiro ponto me fará pensar o *onlife* na modalidade de uma governamentalidade algorítmica e suas relações com a servidão maquínica. Depois, na segunda subseção, recorro ao problema da bolha e início a problematização de um *Gay Twitter* para, finalmente, analisar o acontecimento da PrEP no *Gay Twitter* brasileiro.

GOVERNAMENTALIDADE, ONLIFE

Quero, inicialmente, tratar desse problema da opacidade, mas a partir do *onlife como problema afeto às questões do pós-humanismo*.

Minha primeira questão é a da governamentalidade, conforme Foucault (2008, p. 143-144) como:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (Foucault 2008, p. 143-144)

Dessa governamentalidade, quero aproximar uma leitura neomaterialista (Butturi Junior; Camozzato, 2023), que temos feito a partir de Lemke (2018, 2021), para quem o governo se dá tanto sobre humanos quanto sobre não-humanos, mesmo na perspectiva foucaultiana. Deste modo, a “condução de condutas” ou o “governo de si mesmo” só podem ser estabelecidos via redistribuição da agência em associações e *assemblages* que são sempre mais-que-humanas (Butturi Junior; Camozzato, 2023). Dito de outra maneira, humanos e não-humanos precisam ter suas intra-ações (Barad, 2017) analisadas como compósitos nos quais muitas vezes é mister suspender os esforços de categorização individualizante. Esses compósitos, como afirma Barad (2017), não são apenas formados de linguagem.

Ora, ao que parece é a leitura deleuziana do conceito de disciplina em Foucault - como *controle* -, tendo como ponto de cisão o digital, fulcral para pensar em termos de agência distribuída. Segundo Deleuze (2012), não é um sujeito, mas um individual que está em jogo nessa intra-ação humano-máquina e que vai exigir uma leitura específica, nos termos de uma governamentalidade algorítmica, conceito defendido por Rouvroy e Berns (2015 [2013, p. 42] e que diz respeito a “[u]ma espécie de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por



antecipação, os comportamentos possíveis”.

Observemos que a descrição dos autores elabora, na materialidade, a relação entre novos dispositivos e sua capacidade de coleta e de cálculo (Rouvroy, 2020) e a produção não de sujeitos individuais, mas de *dividuais*, como apostava Deleuze (2012): perfis, não indivíduos, sobre os quais é preciso se predizer comportamentos, reações e toda sorte de afetos. Essa operação de criação de perfis “hiperindexado” como feixe de relações e respostas possíveis é o modo pelo qual se podem modular comportamentos e produzir técnicas mais finas e invisíveis de governo (Henman, 2021). Diante da sutileza do funcionamento dos algoritmos, os perfis passam a agrupar e desagrupar: ao mesmo tempo em que se passa a agir num sistema de respostas sempre condicionadas, o esforço é o de levar ao limite os cálculos da governamentalidade neoliberal foucaultiana, até a exclusão de toda imprevisibilidade.

Eis que essa forma de governo da vida digital acaba também por colocar em suspenso os limites que categorizam uma ontologia *on* e *off line*. Essa questão dos limites tem sido pensada num modelo *onlife* que inseri no título de cujo recorte brevemente falei é uma invenção da Comissão Europeia, solicitada aos pesquisadores para a produção de conhecimentos e dos impactos do digital naquele continente. Certamente, o professor Floridi e seus colegas não encampam, mas por vezes flertam com um transhumanismo. Nas palavras de Floridi (2015): “De tudo isso: da **nova condição humana**, do que precisamos para vivê-la ao máximo e quais regras são necessárias para enfrentar esse continente sobre o qual acabamos de pisar.”. Essa “nova condição humana”, produzida, repito, numa encomenda estatal contra o Vale do Silício”, quase uma disputa entre modos de gestão do capital neoliberal, parte do pressuposto de que as distinções entre real e virtual, humano, máquina e natureza estão enfraquecidas e que é preciso pensar num modelo de hibridização contra teorias antropocêntricas. Esses modelos estão em várias partes e são quase uma vulgata de teorias pós-humanas, que professo, mas que levantam algumas questões importantes. Uma prescrição de prudência é necessária antes de pensar algumas dessas questões. A de Braidotti (2019) e dos pós-humanismos críticos e transversais, que chamo, com a autora, de prescrição normativa. Em textos recente, Braidotti defende a crítica baseada no conceito de transversalidade/diagonalidade de Deleuze e Guattari. Ela chama a atenção para a necessidade de uma normatividade ética e política, que aparece também a partir da ambiguidade com que toma o conceito de “humanidades digitais”: muito embora sejam importantes para relacionar de outros modos humanos e não-humanos, estamos diante de um processo agonístico, numa disputa entre o capitalismo aceleracionista e sua “Ciência Maior” e as “ciências menores”, engajadas com minorias e afirmação de outras formas de vida. Ora, a normatividade deve ser pensada de modo produtivo, que digam respeito a uma expansão dos saberes e das formas de existência a partir do digital: as mais produtivas devem ser aquelas que inventam novas formas – como direi adiante, expandindo a semântica.

Prescrição feita, voltemos ao *onlife*, considerando opacidade, transversalidade normativa e asserção da rede sempre como abertura. Dessa perspectiva de um agenciamento maquínico normalizador, gostaria de pensar no problema da *morte da internet*, junto daquelas narrativas que apareceram em 2014 nos fóruns da rede: a internet teria sucumbido em seu potencial semântico e em 2021 mais de 90 por cento do que circulava era já informação sintática de bots e de IA generativa, posteriormente. Ora, a indagação diz respeito a uma espécie de disputa entre uma semântica humana e uma sintaxe não-humana, com clara vantagem para a segunda. Robert Mariani (2023) escreveu, em 2023, para o *The New Atlantis*, um texto sobre e novamente, a ambiguidade dessa posição.



Diante dessa morte da semântica e desse governo que suspende o novo, como num novo *fim da história*, à Fukuwama, e pensando nas prescrições de prudência que acabei de aventar, gostaria de ir para uma segunda parte dessa problematização da governamentalidade do *onlife*. Preciado (2022) pensou nessa *naturezacultura* de um mundo aceleracionista recentemente, no seu *Disphoria Mundi*. Ele discorre sobre o fim das identidades políticas da modernidade no capitalismo cibernético e a produção de “simbiontes”, formas de subjetividade individuais e parametrizadas que, no entanto, aprofundam os efeitos de uma disforia geral e dão a ver possibilidades de atuação (ou não) coletiva e inventiva. Ao que parece, nossa ansiedade diz respeito a certa modernidade branca cis, assustada e perplexa diante da agência não mais exclusiva e a distribui entre outras formas de vida humanas (racializadas, gendradas, suleadas, subalternizadas etc.) e entre agentes não-humanos. Para Preciado (2022), pois, ainda que problemático, colocava essa mascarada do sujeito – como, aliás, já fazia Agamben (data) ao discutir os dispositivos como ocaso da política, em sua ubiquidade e em sua não-saturação.

Vamos, pois, pensar Preciado (2022) segundo a ordem de uma semântica disfórica possível. Não uma semântica ancorada não apenas no sonho de softwares e redes, mas também em hardwares, geografias e corpos. Como aponta Wendy Chun (2005), assim como as cisões entre discurso e prática, humanos e não-humanos, a cisão entre o software e o hardware é uma fantasia, porque um programa não é alguma coisa etérea e livre a que se opõe a dureza das coisas: depende, desde sua criação, de um sistema de gendramento e de divisão de trabalho, já que eram as mulheres as primeiras programadoras, e só existe na condição de uma materialização do hardware. Dito de outro modo, uma sintaxe dos programas e dos algoritmos nunca existe sem uma semântica que diz respeito a humanos em intra-ação com a materialidade. Nos temos de Lazzarato (2014), essas novas formas de governamentalidade exigem uma leitura de outras modalidades de poder, como servidão maquínica – de que tratarei na próxima seção.

SERVIDÃO MAQUÍNICA, EFEITO-BOLHA

Sigo nesse problema para pensar no problema do funcionamento do digital e de nossas inteligibilidades. Vou a Lazzarato (2014), para quem o capitalismo neoliberal e, por conseguinte, grande parte das leituras da filosofia contemporânea a esse respeito, teria falhado pela “crise de subjetividade” proclamada nos anos setenta do século XX por Guattari: a produção de fluxos econômicos e tecnológicos não mais foi capaz de produzir subjetividades – daí a ligação entre as formas de subjetivação. Nesse viés, as máquinas de Deleuze e Guattari sustentam então a argumentação de Lazzarato (2014), que coloca em xeque a “virada linguística” (que opera na forma limite de uma sintaxe) e o modelo psicanalítico de um inconsciente para pensar o discursivo e o não-discursivo e as relações de poder. Para tanto, pensa em termos de produção em termos de sujeição social e servidão maquínica. Ora, eis aí a questão-chave: num modelo moderno, a sujeição social e os agenciamentos coletivos da enunciação e suas máquinas se sustentam discursivamente, num governamentalidade que implica sujeitos mais ou menos coerentes, mais ou menos territorializados; atualmente, porém, o que neoliberalismo faz, em sua diagramática – que extrapola a materialidade da linguagem – a servidão funciona em outra inscrição: a de fluxos, a de uma semiótica *a-significante* que não se reduz à semiologia.





Por semiótica a-significante, Lazzarato está se referindo a uma relação que não é de representação e de comunicação e que se dá entre humanos e não-humanos: “Não mais agimos ou fazemos uso de algo, se por agir e usar entendermos funções do sujeito. Em lugar disso, constituímos entradas e saídas, inputs ou outputs, pontos de conjunção ou disjunção nos processos econômicos, sociais ou comunicacionais geridos e governados pela servidão. (Lazzarato, 2014, p. 29, grifos no original). Essas semióticas a-significantes, como o *panopticon*, cujos efeitos diagramáticos ao mesmo tempo materiais e discursivos lidos por Deleuze (2012), dizem respeito a intensidades e afecções que, no limite da linguagem.

Diante da servidão maquínica, não se trata de pensar a liberdade no horizonte da sujeição social, mas inquirir acerca dos limites de leituras performáticas e discursivas, já que o que há é da ordem de uma linguagem de dominação organizada, mas de fluxos humano-máquina., que demandam outras formas de subjetividade e outras distribuições de poder. Lazzarato (2014) exige, então, pensar em termos de uma pragmática existencial: corporificada, racializada, gendrada. Assim, no espaço da hibridização, é preciso fazer outras perguntas sobre o funcionamento do poder, da ordem da afecção que sequer se torna linguagem.

Em todos esses casos, o que me interessa, aqui, é pensar com Lee (2015) e nas “participações não naturais”: o potencial aberto dos corpos em qualquer escala – de um único vírus de HIV a uma rede social – para se conectar, se misturar e criar algo novo. Ou, pelo contrário, operar em novas formas de servidão, como no modo pelos quais se produzem “efeitos-bolha” – um dos tópicos do presente artigo – conforme a leitura de Gautério (2025), segundo a ordem da algorítmica dos filtros-bolha (Pariser, 2012). Ora, essa *assemblage* coloca vários atores no jogo, humanos e não-humanos, e produz efeitos de perfilização e amálgama (Gautério, 2025). Eis que temos alguns processos em curso: i) a produção de agrupamentos individuais por efeitos-bolha; ii) os limites borrados do *onlife*; iii) o recrudescimento do controle na plataformização da vida. É deles que parto para perscrutar minha hipótese de efeito-bolha, o *Gay Twitter*.

GAY TWITTER, DISPOSITIVO DA AIDS E HERMENÊUTICA ALGORITIMICA DE SI

Do efeito-bolha em sua relação com o *Gay Twitter*, há pontos de atenção. Inicialmente, diferente da Cesarino (2020), não estou tomando como uma bolha, como a bolha bolsonarista, porque sua clusterização, como organização de dados, ainda parece mais indefinida, ainda que com efeitos moleculares claros, como defenderei. Esse Gay Twitter, aliás, encontra discussão em apenas um artigo, *Conceptualization of a Queer Cyberspace: “Gay Twitter”*, Guliano Zulier (2021). O autor tenta descrever essa terrotorialidade *onlife* segundo uma *timeline* em que aparecem pride e política, sexualidade e pornografia, cultura pop e fandom. Esse *Gay Twitter* também seria descrito por um uso específico de emojis (podemos pensar em beringelas, raios, arco-íris etc etc) e em expressões *kiki*, *tea*, *gagging*, *diva* (derivadas do consumo e da vida social).

Essa quase ausência de discussões teóricas sobre o Gay Twitter tem como referência mais direta a descrição de um *Black Twitter*. Clark (2024) adora uma posição de militância e invenção positiva de comunidade *onlife*, forjada na aliança das pessoas pretas norte-americanas e de processos de transformação e positivação estratégica do racismo. De seu ponto de vista, porém, o esforço de descrição recorre a um questionamento feito por ela em 2012 a colegas jornalistas: todos sabiam de



um Black Twitter, mas não sabiam explicar do que exatamente se tratava. O texto de Clark explora, porém, muito pouco a agência não-humana e toma o X/Twitter como espaço de construção de novas formas de militância. No entanto, o que interessa de sua descrição é justamente o imaginar de uma territorialização *onlife* de acordo com uma categoria minorizada, qual seja, a raça.

Ora, gostaria de solicitar um funcionamento específico desse território *onlife* do *Gay Twitter*: o da relação com a cultura do fandom e com uma hermenêutica algorítmica de si. Nesse cadinho a própria modalidade de agência dos algoritmos também tem sua história. Primeiro, porque houve um deslocamento dos blogs para as redes sociais, justamente a partir da criação do Twitter (2016), do Tumbler e do WhatsApp (em 2010) e saíram no nicho “apolítico” para o “político”. Nesse movimento, entretanto, a própria noção de política, como tenho defendido até aqui, parece ter se embaralhado – daí a discussão sobre o ocaso da política, feita precedentemente –, dando margem à estratégias de populismo (Cesarino, 2020) e de personalização afetiva que, muitas vezes, guarda semelhanças não-irrelevantes com o funcionamento dos fandoms, uma das características que aparece em Zulier (2021), a presença do mundo pop.

Se, pois, a fandom estava restrita a uma relação com o discurso pop – o texto clássico de Jenkins (2009) – é importante notar sua expansão para toda sorte de discursos, sobretudo para a política. Barnes (2021) parte dessa relação entre um funcionamento dos fandoms e um novo modo de fazer política. Seu livro recorre à “polarização” e apresenta-a como um deslocamento em relação às “polarizações ideológicas” como as conhecemos: a polarização on-line não diz mais respeito a posições do espectro político, mas nos modos pelos quais as identidades das pessoas comuns redundam na produção de efeitos no mundo e nos discursos. Além do investimento afetivo, Barnes chama a atenção para a rede metafórica que esses discursos carregam, geralmente carregada de “extremismo” e de posições binárias – similares aos mecanismos de *like* e *dislike* (Sandvoss 2019) e cujos efeitos são, em geral, pouco democráticos. Neste caso, preocupo-me com os modos pelos quais os efeitos produzidos na *assemblage Gay Twitter* dizem tendem à territorialização e a centralização.

Ora, cabe lembrar que essa organização territorial das homossexualidades, no Brasil, tem uma leitura pela chave do “marginal”, que conta uma história de territorialização da gênero-dissidência como resistência, diferente do que estou postulando para o *Gay Twitter*. Para isso, vou a um texto de Nestor Perlonguer, antropólogo argentino que fez uma carreira interessante no Brasil. O texto em questão é *Territórios Marginais*, de 1988. Então, Perlonguer (1988) pensava em termos de “ghuetto gay” [sic] e colocava em discussão as territorialidades (e as desterritorializações) do “ghuetto gay” paulista, localizado no mesmo centro da capital, no que hoje chamamos de Baixo Arouche, e seus códigos e resistências diante da normalização, na qual a AIDS tinha então um grande papel. O gueto de Perlonguer tinha funções ambíguas: era um espaço de produção de sociabilidades, mas também de tensionamento e de perseguição. Mais do que isso, como espaço material estava sempre na relação com os princípios da desterritorialização e do devir: no processo de repetir e de transgredir as normas de ser homossexual, travesti, hetero etc.

Esses territórios ganharam novas leituras da sociologia e da antropologia a partir da ascensão das redes sociais e, no caso sobretudo dos homossexuais cis, da presença de territórios em aplicativos de geolocalização, o que nos coloca novamente no problema do *onlife*. Algumas diferenças, relativas a uma pragmática existencial (Lazzarato, 2014), devem ser levadas em consideração. Em sua tese, Saggese (2015) estabelece a relação entre ocupação do centro de São Paulo e os problemas de geração, raça e classe. O trabalho de Rosa et al. (2008), por sua vez, considera a



“mancha urbana” da territorialidade gênero-dissidente e propõe uma leitura da territorialidade em que poder público, discurso urbano e sociabilidade gênero-dissidente se encontram. Assim, deve-se levar em conta um processo de gentrificação, a entrega do centro para a especulação imobiliária e o higienismo relacionada à população gênero-dissidente. Dito de outro modo, em termos de pragmática existencial, o capitalismo tem criado estratégias nos termos de uma servidão social. Concomitantemente, essa invasão do território como mancha urbana vai produzir outras cisões nos processos de territorialização *onlife*, que dizem respeito a novas relações entre humanos e não-humanos.

No caso da homossexualidade masculina, a produção de territorialidades passou a ser um compósito *on* e *off line*. Em 2012, na minha tese de doutoramento, pesquisei desde documentos da Inquisição até sites de relacionamento voltados a homens homossexuais do Brasil – o chat do UOL e o site Disponível.com; pouco mais tarde, apareciam os chamados aplicativos de geolocalização e um debate sobre o que se passava: que sociabilidades diferenciavam o *on* e *off line*? Quem eram seus sujeitos? A prática de “caça e pegação anônima”, “que tinha lugar nos mais diversos espaços públicos de frequência homossexual, têm dado lugar a um dispositivo cada vez mais segmentado, construído sob o imperativo da tríade virilidade, juventude e *status* econômico-social” (Butturi Junior, 2020, p. 26). O que os apps traziam consigo era, ainda, uma questão de perfilização: não recorreriam à cartografia urbana típica do *cruising*, mas a nova topologia, devidamente erigida por uma criteriosa descrição de si, engendrada entre um corpo editável, um modo de virilidade, a distribuição econômica, social e racial e a periculosidade, definida em termos de status sorológico para o hiv (Autor, 2020)

Um novo modelo de produção de ilegalismos e de exceções, baseado em dados, nos coloca, pois, em outra territorialização, num regime tecnobiodiscursivo: ao mesmo tempo técnico, discursivo e tecnobiopolítico (Butturi Junior, 2024a), ao menos de alguns modos: i) diante de um deslocamento da sociabilidade e da sexualidade de homens gays cis e das exceções que produz; ii) diante de uma produção de si que passa pelo caráter de perfilização individual algorítmica (Henman, 2021), o que significa que há uma agência do aplicativo e do celular, ao menos, na construção do que se pode e não se pode ser no app (que redundam em restrições de toda sorte); iii) diante do uso de um tecnodiscurso em que os emojis podem ganhar relevância para produzir efeitos de exceção. Então, aqui, podemos aventar que houve dupla gentrificação: de um lado, a tomada de espaços da cidade pelo capitalismo e os esforços de higienização dos territórios gênero-dissidentes; de outro lado, uma produção de normalidade e de exceção na perfilização desses novos homossexuais dos aplicativos, mais jovens, mais magros e sustentando um discurso de virilidade e saúde.

Estamos, pois, vendo funcionar uma territorialidade *onlife*, em que processos de dominação e de servidão se associam e criam efeitos específicos na intra-ação entre humanos e não-humanos. É nesse cadinho que aparece o *Gay Twitter*, entre o algoritmo e relações que passam por corpos, racialização, securitarismo, colonialismo de dados e ascensão do conservadorismo (Brown, 2019; Cowan, 2014).

A primeira questão que me interessa diz respeito às condições de produção do discurso com que abro este texto e que retomo: “Onde tem gay, não tem paz”. Foucault, (1997 [1969]) apontava que a questão-chave era inquirir sobre as condições pelas quais um enunciado aparece e não um outro. Esse problema político da raridade enunciativa, eis o que me interessa e, para descrevê-lo, vou a três estratégias do *Gay Twitter*: a primeira, de produção de um discurso negativo sobre a gênero-dissidência que emerge no X na associação humano-máquina e que relaciona os dois modelos de



servidão postulados por Lazzaratto (2014); a segunda, racial-gendrada, que inventa o usuário da PrEP como um outro perigoso diante do homem cis gay branco, ao mesmo tempo em que coloca este último como inimigo a se combater, numa espécie de autofagocitose das lutas gênero-dissidentes, em curso e alimentada, novamente, pelas plataformas e por uma política como fandom; a terceira, finalmente, a que chamo de hermenêutica algorítmica de si, que faz funcionar um modo de acesso à subjetividade devidamente normalizado nos limites morais da Nova Direita (Cowan, 2014) e de suas estratégias diante de formas de vida não hetero-cis.

Vou à primeira estratégia, marcada na história recente com discurso de exceção. Assim é que, desde pelo menos 2021, Elon Musk vem fazendo ataques contra as pessoas trans e contra as pessoas gênero-dissidentes. Sua ofensiva contra a “ideologia de gênero” é justificada pela “morte do filho”, uma mulher trans, causada pela “cultura woke”: I lost my son, essentially. They call it ‘deadnaming’ for a reason. The reason they call it ‘deadnaming’ is because your son is dead.” (Peterson, 2024). Em 2023, como uma estratégia da campanha da ultra-direita que então se formava e como uma marca dos modos com que operaria depois da compra do Twitter, que passou a nominar de X, ele marcava seu problema com o debate sobre gênero e sobre o discurso da cisgenerenidade, porque contrariava a noção de sexualidade biológica que o governo Trump adotaria no seu novo governo:

Imagem 2: post sobre cis



Fonte: @elonmusk, 2023

Mais recentemente, durante seu período no governo de ultra-direita de Donald Trump, culpou a violência da esquerda e das pessoas trans pela destruição dos carros da Tesla. As publicações permanecem constantes. O que Musk faz é relacionar perigo, violência e uso de fármacos, devidamente distribuídos entre pessoas trans e pessoas cis. Veja-se que, como apontava Preciado (2008), e economia desse tecnobiopoder supõe como “normal” o uso de hormônios para homens cis, mas problematiza como doentio quando este uso é feito por pessoas trans.





Ora, os discursos de Elon Musk se produzem na intersecção com sua agência perante os algoritmos e como esses produzem seus efeitos maquínicos. Elon Musk, um dos bilionários das *Big Techs* norte-americanas e controlador do X-Twitter, exige que pensemos na agência humana intrativa e não nas virtudes do “completamente artificial”, justamente pelo problema do *labelling*, a forma de categorização de dados que tem uma face colonial humana, sob a égide de um vértice, à Lazaratto, entre servidão social-colonial e servidão maquínica.

Em temas de estratégias de servidão social, as práticas coloniais-tech estão a todo vapor, notadamente na periferia do capitalismo avançado. Pensemos, por exemplo, na recente região conhecida como a *Sylicom Savannah*, o Quênia, e nos modos como as formas de servidão funcionam. Segundo Matta e Hoefsloot (2025), o Quênia passa, desde 2000, por intensas modificações jurídicas e legislativas, de modo a se tornar um polo atrativo para a indústria da tecnologia, com investimentos públicos e criação de infra-estrutura para, em 2015, assumir que se iniciava uma “uma jornada rumo à automação” (República do Quênia, 2020 *apud* Datta; Hoefsloot, 2025, tradução minha).

Datta e Hoefsloot (2025) apontam que, porém, a vida das pessoas é marcada por uma divisão social e colonial do trabalho, que deslegitima a mão-de-obra qualificada da região. Quanto a essa distribuição, que chamam de extrativista, pontuam que três processos estão em curso nessa estratégia de exploração: trabalho mal-remunerado, ainda que de pessoas qualificadas; uso do trabalho qualificado em operações “tayloristas”, como as de *labelling* (etiquetagem de dados) e, não menos importante, distribuição de discursos via *Bigh-techs*, voltados ao controle da população – no que se assemelha aos modos pelos quais a ultra-direita tem agido em várias partes do mundo, incluindo o Brasil (Mano; Mukhonho, 2025). Conforme reportagem da CBS de novembro de 2024, já se pode descrever a exaustão das trabalhadoras e trabalhadores, seja pela repetição, seja pela violência das imagens que categorizam e etiquetam: “acts of bestiality, necrophilia, incestuous sexual violence, rape, defilement of minors, self-harm (e.g. suicide), and murder” among others” (CBS, 2024).

Esse dispositivo exige, pois, uma relação entre servidão maquínica e servidão social-colonial. Exigem ainda, que pensemos na produção de categorias e nas operações que alimentam algoritmos não como “artificiais” ou “digitais”, mas na intra-ação entre humanos e não-humanos. Os humanos, neste caso, estão em relações raciais e sociais de exceção. Ou, como Musk, inventam formas de dominação entre o Estado e o maquínico, como supões Lazzarato (2014).

A segunda das estratégias que se materializa no *Gay Twitter* dis respeito a formas racial-gendradas de invenção da gênero-dissidência como problema, materializada em táticas binárias de fandom como forma de indicar formas morais e formas imorais de ser homossexual. Ora, se as operações de etiquetagem demandam o vértice entre as formas de dominação e controle, o efeito-bolha (Gautperiuo) pode ser pensando politicamente. Primeiro, segundo a ordem de perfilizações que obedecem a critérios específicos de programação e de *labelling*. É o caso de um algoritmo colonizado por demandas específicas – um dispositivo ao mesmo técnico e linguageiro, cuja finalidade é distribuir formas de subjetividade e relações de poder. Se nos voltarmos ao problema da governamentalidade algorítmica que antes descrevi, a produção desse *efeito-bolha* (Gautério, 2025) específico restringe os limites de inventividade e de criação e para certos corpos *onlife*. O *Gay Twitter* aparece como essa invenção fantasma cheia de efeitos que combina perfilização, colonialidade, servidão maquínica e um empobrecimento da semântica.



Eis que vou ao fim da fala e apresento o problema da PrEP neste *Gay Twitter Gay*. A PrEP. Terapia Pré-Exposição, é considerada atualmente como a tecnologia de prevenção mais eficaz contra o hiv. Desde que surgiu, porém, tem suscitado debates morais sobre os excessos da vida homossexual. Num primeiro momento, como já discuti em texto anterior, os usuários da PrEP eram chamados de “trivada whores” e acusados de serem responsáveis pelo aumento da promiscuidade e de outras infecções sexualmente transmissíveis (Butturi, 2024). Faxina (2024), em sua tese de doutoramento, descreve os limites embaralhados entre a prevenção, os prazeres e a criminalização das práticas que envolvem a PrEP no Brasil contemporâneo, bem como a intra-ação entre fármacos, biopolítica e sexualidade que perfazem, ainda hoje, a homossexualidade como perigo e excesso.

Esse jogo de produção de exceção deve ser discutido também no interior das práticas de um “dispositivo intra-ativo crônico da aids”, assim definido em seu caráter multi-espécie a partir de suas práticas material-discursivas:

i) práticas de medicalização cujo marco é a metade da década de noventa do século XX e a distribuição em larga escala da terapia antirretroviral (TARV); ii) invenção de novas temporalidades segundo a ordem da infecção crônica; iii) injunção de hermenêuticas farmacológicas e bioascéticas de si (Ortega, 2004) para as pessoas que vivem com hiv; iv) incremento da relação entre fármaco, segurança e risco, segundo as ordens do tratamento como prevenção e da prevenção combinada, incluindo aí tecnologias farmacológicas como a Pep e a PrEP ; vi) redistribuição das vulnerabilidades e permanência de memórias de exceção que sustentam políticas discriminatórias, sobretudo em relação a pessoas gênero-dissidentes; vii) racialização e suleamento da prevalência do vírus na população; viii) recrudescimento/deslocamento das relações entre governo, religião e moral higienista. (Butturi Junior, 2024b)

Vou às imagens. Meu post de referência é um *retweed* de um post de XXXX. Mantereí todas as contas com user borrados, mas noto que o perfil que fez o *retweet*, além do nome, traz dois emojis de raio. O raio, como sabe, é um emoji utilizado no onlife gênero-dissidente para marca o uso de substâncias sintéticas e ligado ao *chemsex*, a prática sexual que inclui uso de substâncias, categorizada de tal modo quando se trata de sujeitos homossexuais, em geral homens cis. Se cito os dois raios é porque eles dizem respeito a uma suposta crise para homossexuais cis: a de uso de substância proibidas que seria responsável por um problema de adição em cidades grandes, e, mais importante para este texto, dizia respeito à combinação entre substâncias ilícitas, sexo sem preservativo (geralmente, com PrEP) e produção onlife de “gays perigosos”.

Passo ao foco deste texto: o usuário da PrEP que ostensivamente mostra os medicamentos e usa a frase “Abastecido para o verão”. Primeiro, vejamos que essa é uma modalidade ostensiva do *Gay Twitter* e diz respeito a um gênero injuntivo comum para as subjetividades homossexuais perfilizadas que ali circulam, que aponta o que se deve ou não fazer – como vemos na Imagem 5, de um post de 14 de maio de 2025.





Imagem 3: post da PrEP e a fubangaem



Fonte: conta do X anonimizada

Imagem 4: lista para a vida gay



Fonte: conta do X anonimizada



Veja-se que em ambos os casos e em grande parte dos posts desse gênero do *Gay Twitter*, a ostensão dos fármacos aponta para uma economia mais complexa, a das formas de subjetividade disponíveis para gays online: entre um cuidado, geralmente relacionado à sexualidade e à corporalidade, no limite entre a saúde e a estética, e a produção de efeitos de perigo e exagero. Daí aparece, como na Imagem 4, a seguinte asserção: “Não tem coisa mais fubanga q ficar postando isso aq kkkkk eh só tomar (?)”.

Atentemos para este fubanga, porque ele indica uma escolha lexical cujo funcionamento se inicia no online e que migra para o online rapidamente. Vou utilizar o Grok (2025), inteligência artificial do X, para descrever o adjetivo “fubanga”. Minha busca é “gay fubanga”. O resultado, entre outras respostas, aponta quwe fubanga tem uma entrada negativa, relacionada a mulheres inicialmente, vistas como exageradas, embobrecidas e não atraentes. No caso dos gays, o Grok coloca em questão o fubangacore, um modo de materialização que positiva estes excessos na cultura queer e balrrrom, mas atenta para o fato de que fubanga pode ser estigmatizador e preconceituoso.

Feita essa pequena digressão sobre a *fubangagem*, voltemos à questão: a postura ostensiva para homossexuais está em questão. Como a metonímia que perfaz essa tecnobiopolítica, o efeito é de tomar a parte pelo todo. Assim, ao mostrar sua PrEP, o usuário se produz no exagero dos excessos, no exagero da efeminização, no exagero das formas de subjetividade homossexual mais racializadas e mais periféricas. No caso do perfil da Imagem 4, é preciso atentar para outras formas de edição de si, já que o usuário é quase um grau zero de perfil de *Gay Twitter*: está num fandom que ataca a cantora Anitta, tira fotos constantes de si mesmo na academia ou na praia, posta capturas de tela de suas interações em redes como o Grindr. A *fubangagem*, ao que parece, corresponde a uma estratégia *online* que coloca em xeque o “gay padrão” e masculino, supostamente um perfil menos desejado no mercado. Um *online* que inventa uma política binária para corpos e subjetividades, na modalidade do *like* e do *deslike*, como no funcionamento dos fandoms que perpassam os perfis.

Os comentários para este gênero de publicação guardam em si um aspecto moral ainda mais problemático. Vou aqui tomar um *retweet* da conta Dan Pimpão, um dos usuários mais ativos do *Gay Twitter* no Brasil. Dan Pimpão, cuja identidade mantenho, é compartilhado em muitas das contas que acessei para pesquisar as territorialidades sobre a PrEP. Diferente dos demais usuários, ele pode ser categorizado como “criador de conteúdo” e seu alcance tende a transformar posts em trends – e, conseqüentemente, a gerar distribuição algorítmica não irrelevante e por uma estratégia política que assume discursos progressistas e de luta por direitos, como supunha Zulier (2021). Estamos em 14 de agosto de 2024 e mais um perfil mostra ostensivamente seu abastecimento. Neste caso, o discurso é tanto de uma produção de si quanto de uma positivação do SUS, que fica patente no *retweet* de Pimpão, na imagem 6.



Imagem 5: a PrEP como problema



Dan Pimpão @DanPimpao · 14 ago. 24
Eu tô horrorizado com os comentários e citações disso aqui e não consigo entender que ódio é esse por uma prevenção oferecida gratuitamente pelo SUS como a **PrEP**. O tweet desse @ é super importante pq divulga algo que nem todo mundo sabe que pode ter acesso e esse bando de assombração surtando desse jeito perturbando ele. Que coisa nojent4!

· 12 ago. 24

Fui pegar minha PrEP. Peguei, ainda ganhei autotestes de HIV pra testar meus amigos, xuca portátil e na saída já passei no postinho e tomei vacina de Gripe e HPV. É isso amores, eu sou completamente obc...



48

49

892

57,6K

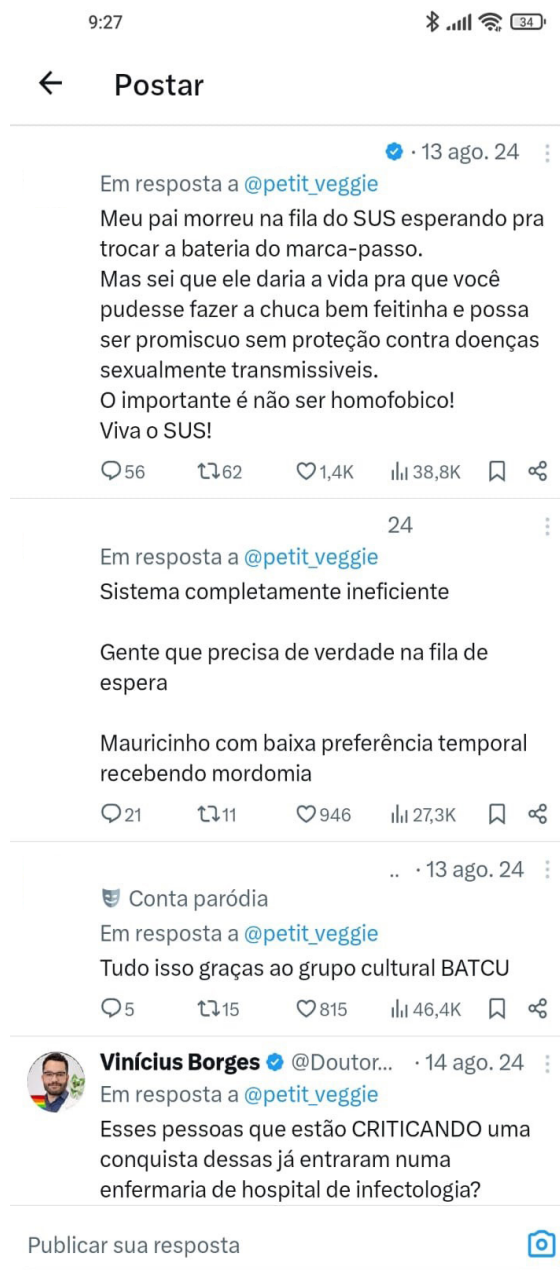


Fonte: @danpimpao, 2024

A Imagem 7, então, dá a ver algumas novas questões: primeiro, a do filtro-bolha, que parece ser transgredido, porque se nota o "furar a bolha". O que está posto é um questionamento sobre a distribuição algorítmica e seus efeitos violentos. Depois, estamos diante, novamente, de modos binários de fazer política: os gays promíscuos, que usam o SUS e tiram os direitos das "pessoas", dos "pais", de "gente que precisa de verdade". É digno de nota que o usuário que usa CRITICANDO em caixa alta é um médico que produz conteúdo informativo acerca de hiv, de vida e de prevenção e que aqui também mantenho, o @doutormaravilha.



Imagem 6: comentários na postagem de @danpimpao



Fonte: @danpimpão (2024)

Eis que o *onlife* dá a ver os modos pelos quais as territorializações do Gay Twitter ultrapassam o limite de uma bolha feita por sujeitos e por humanos. Seu funcionamento não apenas cria efeitos na vida e os corpos, mas diz respeito a intra-ações entre humanos e não-humanos, de algoritmos a redes sociais, passando por fármacos e substâncias ilícitas que, ao mesmo tempo em que perfilizam, inventam novas modalidades morais e novos perigos – eu diria, então, perfis criminosos e não maíos apenas sujeitos criminosos. O que está em jogo é uma separação: bons gays não postam suas intimidades, são mais brancos, mais ricos, mais discretos. Por outro lado, há os gays fubangas, mais racializados, mais efeminados, perigosos e promíscuos. Nos dois casos, um funcionamento onlife, que diz respeito à edição de si e a seus efeitos *on* e *off line*, mas cuja política é a de produção de exceção do outro como inimigo – aquele que eu cancelo, aquele que deve estar no campo do erro e do desvio. Em todos os casos, tudo se passa como os botões disponíveis: curte-se certa normalidade, cancela-se a anormalidade.



No entanto, outra estratégia aqui, mais intrincada, está em jogo, e diz respeito às proposições. Como são produzidas as etiquetas para homens gays? Quais são as decisões entre humanos e não-humanos para essas taxionomias e suas distribuições? Como operam na afecção das subjetividades e da perfilização gênero-dissidente, sempre no limite da exclusão? Como recuperam a homonormatividade, a transfobia, a exigência de masculinidade de uma política em que a ultra-direita controla as *Big Techs*? Diante da produção ambígua da história das homossexualidades, o que temos agora é a instância técnica e algorítmica que tende a um regime de repetição e de conservação – com menos semântica, menos invenção e mais injunção e publicização.

Eis que, diante das possibilidades da PrEP para os prazeres e para a disjunção de certas formas do dispositivo da sexualidade, um novo moralismo gênero-dissidente emerge, no interior do *app* de Elon Musk. Severo na ascética que insiste como o verdadeiro na nova homossexualidade limpa, ele dá a ver, ainda – eis a minha aposta, é que estamos numa hermenêutica de si devidamente algoritimizada. Essa hermenêutica pode ser lida ao retomarmos ao trecho da confissão como modelo de obediência da cristandade do século IV de que tratava Foucault: o governo pela obediência e a hermenêutica de si. O ato de tudo dizer, nas minúcias, então torna-se um ato de tudo dizer e de tudo mostrar, da transparência absoluta exigida como condição de visibilidade nas redes sociais.

No entanto, sua forma não é mais o discernimento diante do pensamento: é o de uma veridicção que coloca em jogo não as práticas de uma ética ou de uma obediência, mas de uma encenação radical de si que tem como função a invenção de inimigos, ao gosto das plataformas. Uma política da inimizade, como lembrava Mbembe (2017) ou uma existência marcada divisoramente como política de si à fandom, que funciona agora não pelo Terror, mas nas sutilezas de efeitos de poder que passam pelos corpos, pelos tecnocorpos e pelas interfaces corporificadas que nos fazemos *onlife*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, pretendi inquirir acerca do funcionamento do *Gay Twitter*, esse efeito-bolha, como tomei de Gautério (2025), para relacioná-lo com a produção de novas formas de exceção para a gênero-dissidência. Meu objetivo, então, era analisar como a PrEP é agenciada para materializar hierarquias entre formas de subjetividade *onlife* para homossexuais cis, nas quais o limite é o crime.

Para tanto, o texto se iniciou com uma discussão sobre as formas de servidão e a plataformização da governamentalidade para, então, intentar uma descrição dos efeitos-bolha e a constituição de um *Gay Twitter*, nos termos de intra-ação entre humano e não-humano e de recrudescimento moral. *Finalmente*, cheguei ao meu corpus que, embora não exaustivo, dá conta de um acontecimento, qual seja, a de uma re-problematização das homossexualidades, desta feita numa *assemblage onlife*.

Concluo o texto, então, pensando na hermenêutica de si que, hoje, pode ser lida, como problema a decifrar, na radicalidade da *semiotécnica* foucaultiana. Neste caso, uma tecnologia de si que não pode mais prescindir de uma agência distribuída entre humanos e não-humanos e que, notadamente, precisa investigar os modos pelos quais o “digital” passa a exigir confissão e verdade para a datificação e para novas formas de controle, que dizem respeito à servidão maquínica, conforme pensada por Lazzarato (2014).



REFERÊNCIAS

- BARAD, K. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Trad. Thereza Rocha. **Vazantes**, v. 1, n. 1, 2017.
- BARNES, R. **Fandom and polarization in online political discussion**: from pop culture to politics. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.
- BRAIDOTTI, T. Transversal Posthumanities. **Philosophy Today**, v. 65, Issue 4, Fall 2019.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. 2. ed. São Paulo, Editora Filosófica Politeira, 2019.
- BUTTURI JUNIOR, E. Notas sobre o tecnobiodiscursivo e a análise neomaterialista dos discursos: chemsex na intra-ação material-discursiva. In: BUTTURI JUNIOR, A.; BUZATO, M.; CAMOZZATO, N. M. (org.). **Pós-Humano, Novos Materialismos e Linguagem**. Campinas: Pontes, 2024a. p. 13-41.
- BUTTURI JUNIOR, A. A polivalência tática dos discursos sobre a soropositividade e os dispositivos do fast foda. **Cadernos Discursivos**, v. 1, p. 21-39, 2020.
- BUTTURI JUNIOR, A.; CAMOZZATO, NATHALIA MÜLLER. Prolegômenos a uma análise neomaterialista dos discursos. In: SEVERO, C. G.; BUZATO, M. (org.). **Cosmopolítica e Linguagem**. Araraquara: Letraria, 2023. p. 76-94.
- BUTTURI JUNIOR, A. O tempo, a cronicidade, o risco: intra-ações e resistências distribuídas na vida com hiv. **Letrônica**, v. 17, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/46225/28851>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil, **Internet & sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.
- COWAN, B. A. Nosso terreno: crise moral, política evangélica e formação da “nova direita” brasileira”, **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p.101-125, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752014000100006&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 30 set. 2019.
- DATTA, A.; HOEFSLOOT, F. I. The state as auteur: Timing digitisation in Africa’s Silicon Savannah, **Dialogues on Digital Society**, v. 1, n.1, p. 51-68, 2025.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart, Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. vol. 1. Coordenação da tradução Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FAXINA, J. M. Gays e o novo sexo seguro: a TARV, a PrEP e a limitrofia no dispositivo da aids. 2024. **Tese** (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2024.
- FLORIDI, L. **The Onlife Manifesto**: Being Human in a Hyperconnected.
- FLORIDI, Luciano. **A era do Onlife, onde real e virtual se (com)fundem**”. [Entrevista concedida a] Jaime D’Alessandro, Unisinos, 02 de out. 2019.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 5.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 [1969].
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalhete. 41.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013 [1975].
- FOUCAULT, M. **Malfazer, dizer verdadeiro**. Ivone C. Benedetti. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2018.



JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

GAUTÉRIO, L. W. **Filtro-bolha e efeito-bolha**: uma abordagem neomaterialista do discurso e do dispositivo das bolhas nas plataformas online. 2025. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2025.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. Trad. Paulo Domenech Oneto. São Paulo: SESC, n-1, 2014.

LEMKE, T. **The Government of Things**: Foucault and the New Materialisms. New Yor: New York University Press, 2021.

HENMAN, P. Governing by algorithms and algorithmic governmentality: Towards machinic judgement. In: SCHUILENBURG, M; PEETERS, R. **The algorithmic society: technology, power, and knowledge**. London, New York: Routledge, 2021. p.19-35.

MARIANI, R. The Dead Internet to Come. **The New Atlantis**, Number 73, p. 34-42, 2023.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MUSK, E. Página do X – @elonmusk. 2023.

PABÓN, A. S. **Uma análise bastarda das materialidades tecnobiodiscursivas de Carolina Sanín e Djamila Ribeiro**. 2024. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2024.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012,

PERLONGUER, N. **Territórios marginais**. Mimiografado. UNICAMP, 1988.

PRECIADO, P. B. **Dysphoria mundi**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2022.

PETERSON, J. Conta do X. 2025. Disponível em: <https://x.com/jordanbpeterson/status/1815427698703090085>. Acesso em: 10 maio 2025.

PRECIADO, P. B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

SAGGESE, G. S. R. **Entre perdas e ganhos**: homossexualidade masculina, geração e transformação social na cidade de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Antropolgia Social) –USP, São Paulo, 2015.

ROUVROY, A. Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 15-28, 2020.

ROUVROY, A.; BERNS, T. (2015). "Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?." Trad. de P. H. Andrade. **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015.

SANDVOSS, C. The politics of against: political participation, anti-fandom and populism. In: CLICK, M. **Anti-fandom**: dislike and hate in the Digital Age. New York: NY Press. p. 125-146, 2019.

ZULIER, N. G. Conceptualization of a Queer Cyberspace: 'Gay Twitter'. **FZG - Freiburger Zeitschrift für GeschlechterStudien**, v. 27, n. 1, p. 95-111, 2021

contrapontos

